

**PROCESSO N.º 177/2016-SGJ-TA
PROTOCOLO N.º 36417/2016
ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO
N.º 025/2016-MP/PA – REVOGAÇÃO**

Acolho o Parecer n.º 282/2016-ASS.JUR.-LC/PGJ

Considerando que o Ministério Público do Estado do Pará autorizou a Dispensa de Licitação nº 025/2016-MP/PA com vistas à contratação da ESCOLA DE GOVERNANÇA DO ESTADO DO PARÁ para ministrar o Curso Online de Desenvolvimento Interpessoal e Profissional, com fundamento no artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993;

Considerando que este processo administrativo, à época enquadrado na hipótese de licitação dispensável e que deu origem à Dispensa de Licitação nº 025/2016-MP/PA, transcorreu com a devida regularidade;

Considerando que, conforme os autos, não houve celebração de contrato em virtude da falta de informações prestadas pela Escola de Governança do Estado do Pará;

Considerando o não atendimento pela EGPA acerca das informações necessárias para compor o contrato;

Considerando que há motivos, portanto, para revogação da Dispensa de Licitação n.º 025/2016-MP/PA, já que a situação em tela revela-se como fato superveniente à sua ratificação e que atualmente vem a afastar o interesse público e a conveniência administrativa na manutenção deste processo;

Determino a revogação da Dispensa de Licitação n.º 025/2016-MP/PA, com fundamento no art. 49, *caput*, e § 4º da Lei nº 8.666/1993.

À Atividade de Licitações e Contratos, para providências cabíveis, assegurando-se à ESCOLA DE GOVERNANÇA DO ESTADO DO PARÁ o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei de Licitações.

Belém, 19 de Outubro de 2016.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 120921

AVISO Nº 038/2016-CSMP

Faço público, a quem interessar possa, que a 20ª Sessão Ordinária do Conselho Superior será realizada no dia 26 de outubro de 2016, às 9h, no Plenário "Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes", no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

Apreciação das Atas da 17ª e 18ª Sessão Ordinária, realizadas, respectivamente, em 13.09.2016 e 29.09.2016.

Julgamento de Processos:

2.1. Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO:

2.1.1. Processo 000035-012/2016

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Prefeitura Municipal de Inhangapi

Origem: 3º PJ de Benevides

Assunto: Apurar irregularidades na prestação de contas dos recursos provenientes do FUNDEB, exercício financeiro de 2011.

2.1.2. Processo 000173-150/2014

Requerente: Ministério Público Federal - MPF

Requerido: José Francisco de Jesus Pantoja

Origem: 8º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa cometidos pelo Sr. José Francisco de Jesus Pantoja, ex-diretor da IOEPA.

2.1.3. Processo 000026-151/2015

Requerente: Ministério Público do Trabalho - MPT

Requerida: Secretaria de Estado de Agricultura - SAGRI

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação à contratação temporária de servidor público.

2.1.4. Processo 005129-477/2015

Requerente: L.S.M.

Requeridos: M.S.M.; M.S.M

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia de suposta violência física e psicológica praticada contra pessoa idosa.

2.1.5. Processo 000126-012/2015

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Prefeitura Municipal de Ananindeua

Origem: 4º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua
Assunto: Apurar suposta indisponibilidade de vagas em creches públicas no Município de Ananindeua/PA.

2.1.6. Processo 007658-003/2015

Requerente: Prefeitura Municipal de Ananindeua

Requeridos: A.B.A., A.B.A e C.S.R.

Origem: 4º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto: Averiguar a situação de risco de adolescentes que teriam sido abrigadas no Serviço de Acolhimento da SEMCAT, por requisição do Conselho Tutelar II

2.1.7. Processo 000252-150/2014

Requerente: Tribunal de Contas dos Municípios - TCM

Requerida: Fundação Escola Bosque "Professor Eidorfe Moreira"

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação à contratação temporária de servidor público.

2.1.8. Processo 000192-200/2015

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará

Requeridos: Prefeitura Municipal de Ananindeua; Eduardo Alves Conti; Manoel Carlos Antunes

Origem: 1º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar prática de possíveis atos de improbidade administrativa.

2.1.9. Processo 000069-012/2016

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia

Origem: PJ de São Domingos do Araguaia

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa na contratação/exoneração de servidor público.

2.1.10. Processo 00053-012/2016

Requerente: A Coletividade

Requerido: Em apuração

Origem: PJ de Salvaterra

Assunto: Apurar fatos referentes à ordenação das atividades relacionadas ao transporte coletivo do porto de Camará.

2.2. Processos de Relatoria do Conselheiro RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES:

2.2.1. Processo 003601-003/2015

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará

Origem: 1ª PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo da Capital

Assunto: Apurar possível lesão ao Patrimônio Histórico e Cultural de Belém.

2.2.2. Processo 000078-450/2015

Requerentes: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - Disk 100 / L.

Requerido: Manoel Messias

Origem: 1ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto: Apurar possível situação de risco e vulnerabilidade vivenciada por adolescente

2.2.3. Processo 000099-804/2015

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Prefeitura Municipal de Altamira

Origem: 3ª PJ de Altamira

Assunto: Apurar possível malversação de recursos públicos destinados ao FUNDEF, referente ao ano de 2005, no município de Altamira

2.2.4. Processo 000170-113/2014

Requerente: Sandro Augusto Lobato de Lima

Requerido: Secretaria de Estado de Educação - Seduc

Origem: 1ª PJ do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Capital

Assunto: Apurar denúncias de irregularidades relacionadas ao Projeto de reforma do Colégio Estadual "Paes de Carvalho".

2.2.5. Processo 000150-151/2014

Requerente: Luciani Garcia Marigo

Requerido: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI

Origem: 4º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar denúncia de possíveis irregularidades com relação ao Pregão nº 02/2014, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI

2.2.6. Processo 000889-112/2014

Requerentes: Selma Maria Pureza da Silva; F.X.S.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde - SESMA

Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Apurar falta de fornecimento de alimentação especial por parte da SESMA.

2.2.7. Processo 000091-200/2014

Requerente: B.F.S.

Requeridos: Secretaria de Estado de Saúde Pública; Hospital Ophir Loyola

Origem: 2º PJ Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Pedido de providências, com vistas a fornecimento de medicamento de uso contínuo pelo Poder Público Estadual.

2.2.8. Processo 000121-200/2014

Requerente: J.T.R.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Averiguar suposta violação ao direito fundamental indisponível à saúde

2.2.9. Processo 000097-200/2014

Requerente: M.J.S.S.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 2º PJ Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Averiguar suposta violação do direito à saúde, com vistas à realização de exames

2.2.10. Processo 000119-200/2014

Requerente: Luis Fernando Ferreira Correa

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua; Hospital Universitário João de Barros Barreto - HUIBB

Origem: 2º PJ Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa - Ananindeua

Assunto: Averiguar suposta violação ao direito fundamental indisponível à saúde

2.3. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

2.3.1. Processo 000299-151/2015

Requerente: Ministério Público Federal - MPF

Requerido: Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Belém - SISBEL

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades em relação ao recolhimento e aplicação da contribuição sindical por parte do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Belém - SISBEL

2.3.2. Processo 000063-012/2016

Requerente: A Coletividade

Requerido: Prefeitura Municipal de Benevides

Origem: 3º PJ de Benevides

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades no processo licitatório para a aquisição de merenda escolar no Município de Benevides

2.3.3. Processo 000116-012/2016

Requerente: Moradores da Comunidade Jesus de Nazaré

Requerido: Empresa Agro Export, Paulo José da Silva

Origem: 8º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar notícia de conflitos agrários envolvendo a Comunidade Jesus de Nazaré, no município de Moju

2.3.4. Processo 001276-012/2016

Requerente: Tribunal de Contas dos Municípios - TCM.

Requerido: Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer - SEJEL

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação à contratação de servidores temporários realizadas em 2008.